

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO BRASIL E A REORDENAÇÃO TERRITORIAL NA
AMAZONIA BRASILEIRA

Rosimary Gomes Rocha

A Expansão da Fronteira Agrícola no Brasil e a Reordenação Territorial na Amazônia Brasileira

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar e descrever o processo de modernização e introdução da agricultura no meio técnico-científico e informacional que culminou na ampliação da fronteira agrícola e conseqüentemente na ocupação do espaço geográfico da Amazônica, identificando possíveis fatores conflituosos e consensuais diante da dinâmica ocupacional na referida região. No primeiro momento do estudo pudemos constatar que a apropriação da Amazônia se deu de forma desigual, primeiramente pelo fato de a região constituir-se, no início da sua apropriação em “lócus” de proteção aos amazônidas, pelo fato de aí residirem apenas os indígenas e os brancos que se caracterizavam por serem camponeses pobres expropriados de outras regiões, vivendo de seus roçados e à base do extrativismo vegetal, para depois se constituir em região de reprodução capitalista através dos grandes projetos agropecuários e de mineração. A implantação de tais projetos vem constituir-se na realidade em estratégia de ocupação da região, caracterizando a mesma por ser incentivada pelo governo, ou seja, uma colonização dirigida, que culminou num fluxo migratório intenso para a região a partir da década de 60 do século passado. Observa-se, que os conflitos que existiram e que ainda persistem em existir na Amazônia são decorrentes das diferentes formas de se pensar a função da terra, pelos diferentes atores que aí residem, cada grupo destes, na verdade, com objetivos e valores próprios.

1 INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX a agricultura brasileira passa a apresentar novas características, onde as especializações técnicas, científicas e organizacionais articulam-se para criar um novo uso do tempo e do espaço. Estas novas configurações geram novos pressupostos sócio-espaciais, ou seja, o espaço agrário brasileiro passou a apresentar uma nova moldura na sua estrutura dinâmica espacial.

Com a difusão deste conjunto de inovações na atividade agropecuária, sua realização tornou-se crescentemente dependente do processo técnico-científico de base industrial, minimizando a anterior vantagem relativa representada pela produção localizada nos melhores solos e nas topografias adequadas, entre outras.

Aumentou, assim, a possibilidade de aproveitamento dos solos menos férteis e de ocupação intensiva de territórios antes desprezados para tal atividade. Segundo Silva (1981, p.17):

“A produção agropecuária deixou de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital, perdendo a autonomia que o manteve, durante séculos, em relação aos outros setores da economia”.

“Trata-se do uso cada vez mais acentuado dos recursos naturais e conseqüentemente da ampliação do capital monopolista. Estes processos se resumem em estratégias político - governamentais, sendo que, como resultado podemos destacar o incentivo à ocupação da Amazônia brasileira, caracterizada hoje como última fronteira agrícola do país, onde é gerado pelo trabalho, e o modelo capitalista, baseado na propriedade da terra” (FERRAZ, 2000, p.34).

No primeiro capítulo deste estudo discutiremos a questão teórica relacionada à modernização do espaço agrícola no Brasil e sobre a expansão da fronteira; no segundo capítulo, analisar-se-á, a forma desigual de apropriação do território amazônico, caracterizando-o como uma faceta político – ideológico nacional; no terceiro capítulo analisaremos as estratégias recentes de ocupação da Amazônia e já no quarto capítulo, estudaremos os fluxos migratórios na fronteira e os conflitos sociais decorrentes destes. Os conflitos e os consensos decorrentes da forma desigual de apropriação do espaço geográfico na referida região serão analisadas no sexto capítulo deste trabalho.

Na análise dos fenômenos que embasam este estudo, valemo-nos dos conceitos formulados por alguns autores. Utilizando o modelo teórico do materialismo histórico e dialético, enriquecido pelas contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bertha Becker, José de Sousa Martins e Milton Santos. O pensamento crítico destes autores nos possibilitaram uma abordagem crítica em relação às transformações recentes no campo no Brasil, bem como no processo de ocupação da Amazônia.

1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO BRASIL

Ao observar a atual dinâmica espacial agrária brasileira (Silva, 1991, p. 10) destaca que:

“A industrialização da agricultura brasileira é relativamente recente (pós-65, se quisermos datá-la) e representa mudanças qualitativas fundamentais no longo processo de transformação da sua base técnicas chamado de “modernização”, que vinha sendo impulsionado por incentivos governamentais desde o pós-guerra. Nota-se aí uma reconfiguração da agricultura brasileira, onde as bases técnicas e científicas articulam-se para apresentar um novo uso do tempo e do espaço.”

Para Santos (2003, p. 118):

“Trata-se, assim, da produção de uma nova geografia feita de belts modernos e de novos fronts no Brasil, criando assim novos arranjos, com a resistência e a cooperação das rugosidades do lugar. Acrescenta – se a este pensamento a questão de os espaços ganharem novos valores que acabam por expulsar certos produtos para lugares ainda não utilizados.”

Diversamente do que ocorria com os complexos rurais, o caráter natural e artesanal da produção passa a dar lugar a tecnificação das atividades agrícolas pela via de suas progressivas mecanização e quimificação, alterando, portanto, a própria maneira de produzir e incluem-se novos produtos à pauta da produção agrícola e, ainda, novas variedades mais especializadas desses produtos passam a ser incorporados ao processo produtivo.

Segundo Elias (1999, p. 07) “houve notáveis metamorfose nas relações sociais de produção, que sofreram um processo intenso de divisão social e territorial do trabalho”.

O incremento da modernização no campo trouxe consigo o uso cada vez mais intensivo do solo e conseqüentemente a necessidade de ampliação das áreas agricultáveis, sendo que para isso o Estado lançou mão de parcerias firmadas com o capital privado nacional e internacional para impulsionar a ocupação de áreas consideradas “vazias”¹, por empresários e latifundiários, como meta principal de reprodução capitalista no campo.

Nesses aspectos podemos observar a ampliação da fronteira agrícola, ou seja, a ocupação da Amazônia não como um viés para solucionar o problema da Terra no Brasil, mas como um meio para preservar os latifúndios já existentes no Centro-Sul do país, beneficiando assim a permanência da concentração fundiária, ao mesmo tempo em que se desenvolvem os modos de produção capitalista, apropriando é “claro” de espaços antes considerados “vazios”. A esse respeito é importante observar a implantação dos projetos de colonização na Amazônia.

De acordo com Oliveira (1989, p. 62) “A presença dos projetos de colonização na Amazônia tem obedecido a processos diversos, porém todos com raízes fincadas na questão da estrutura fundiária concentrada do país.”

E são estes processos que vão dar forma a atual estrutura do espaço na região, caracterizando-se por apresentar grandes extensões de terras direcionadas para projetos

agropecuários em sua maioria.

Como notou Becker (1982, p. 55):

“A expansão dos limites territoriais do capital no Brasil é um fato marcante. Se, por um lado, a expansão do capital procura dominar um número cada vez maior de setores e atividades, por outro lado, a Amazônia é o espaço que mais atrativos e facilidades oferece a essa expansão. A vastidão das terras sem donos, o despovoamento de grande parte da região, as estruturas sociais já em decomposição facilitam sobremaneira a articulação desse espaço que, por tal razão, se valoriza e, por sua vez, valoriza o capital”.

Podemos verificar ainda que neste processo de expansão da fronteira agrícola, os processos de expropriação do camponês caminham junto com os ditames de desenvolvimento agrícola no país, sendo que em sua marcha, os trabalhadores têm buscado nas terras distantes a tentativa de se reproduzirem como trabalhadores livres, recusando assim sua proletarização iminente.

Faz-se necessário discutir as distintas dimensões teórico-metodológicas que a fronteira assume. Nesses aspectos, cumpre enfatizar a idéia desenvolvida por Becker (1992, p.155): “o entendimento da fronteira na atualidade, perpassa por distintas dimensões, com destaque para: dimensão política, econômica, demográfica e étnico-cultural”.

Cabe destacar também, que a fronteira amazônica na atualidade é entendida ainda por Becker (1990, p. 92) como: “fronteira econômica que não é sinônimo de terras devolutas. A fronteira adquire potencialidade econômica e política, por sua vez, para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle”.

O entendimento da estruturação e/ou reorganização da fronteira e da sua ocupação recente (a partir de 1960) passa pela compreensão da apropriação desigual do território amazônico.

2 A APROPRIAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO AMAZÔNICO: UMA FACETA POLÍTICO-IDEOLÓGICO NACIONAL

As formas de ocupação da Amazônia destacam-se por apresentar interesses particulares e antagonicos, sendo que de um lado destaca – se o camponês, que para estes a terra representa um meio de subsistência e de reprodução social e do outro lado destaca – se, o capitalista, empresário

ou latifundiário, sendo que, para estes a terra representa apenas um meio de reprodução do capitalismo. “Destá forma, ocorre duas lógicas inconciliáveis de se pensar e utilizar a terra: o modo camponês, em que o direito de posse é gerado pelo trabalho, e o capitalista, baseado na propriedade privada (Martins, 1980, p.75) “Para uma melhor compreensão do processo de ocupação da Amazônia faz-se necessário uma breve análise de como se deu ou de como se manifesta esse processo, verificando a formação dos atores sociais ali presentes.”.

Os atores sociais da Amazônia: conflitos de interesses e resistência na ocupação recente da fronteira

No decorrer do processo histórico social do Brasil, as terras amazônicas, amplas e ricas, tornaram – se objeto de cobiça, no entanto a Amazônia permaneceu inexplorada até a primeira metade do século XIX, pois suas características ambientais, impuseram ao homem um certo mito de impenetrabilidade.

Os primeiros ciclos de ocupação aconteceram devido ao monoextrativismo da borracha (Ferraz, 2000, p. 42). Sendo que no auge do extrativismo, os seringalistas, ou patrões, ocupavam as terras visando apenas a quantidade das seringueiras.

Com a crise da borracha, os então seringueiros e seringalistas passaram a ser sitiantes, fazendeiros ou latifundiários. Espalhando-se pelo imenso e “vazio” território amazônico.

A partir de 1920, ocorre outro surto de ocupação, desta vez constituído por agropecuários oriundos do Nordeste que intensificaram a ocupação nas décadas de 1950 e 1960.

Entre os anos 20 e 60 do século XX, houve uma reestruturação das atividades econômicas, com a crise da borracha. Esta provocou em toda a região a formação de uma economia basicamente camponesa, cabocla, compostos de sitiantes e latifundiários, com seus familiares e agregados. “Predomina nesse período um campesinato disperso, composto de familiares cujas atividades econômicas destinam – se ao autoconsumo. Este campesinato passou a formar roças e criações, caçar, pescar e recolher os frutos da mata” (FERRAZ, 2000 p.37).

De acordo com (Gonçalves, 2001, p.87): “a combinação da agricultura com o extrativismo (o agroextrativismo) dentro da floresta começou a dar ensejo a um maior enraizamento dessas populações no interior da floresta”.

Porém, após 1960, assiste-se a uma mudança acentuada, ocasionada pela ocupação acelerada da região por forças ligadas aos interesses diretos do capital nacional e internacional, essas mudanças se caracterizaram principalmente na relação de comunicação desta região com os outros centros econômicos e políticos do país, rompendo assim de vez com o seu isolamento.

A respeito deste aspecto, destaca-se a construção de Brasília no planalto Central, de rodovias federais e a implantação de pólos de desenvolvimentos, estes em sua maior parte foram efetivados com a criação SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Em relação a estes acontecimentos Becker (1982, p. 23), faz a seguinte análise: “O contexto regional altera – se. O tempo e o espaço se relativizam ao extremo, toma outras dimensões: as relações que se faziam por vias fluviais em dias, meses, passam a acontecer em horas”.

A posse da terra passa a se configurar como algo conflitante, sendo que o Estado se apresenta como um interlocutor nesse processo, favorecendo as grandes empresas detentoras do capital financeiro, sob o discurso desenvolvimentista de “integrar para não entregar”.

Diante deste discurso o que fica de mais interessante é o simples fato de as empresas contratadas para trabalhar nos grandes projetos de integração da Amazônia brasileira se caracterizavam por serem estrangeiras.

Neste contexto as modificações vão acontecendo, principalmente as econômicas e políticas e em pouco tempo as terras amazônicas agregam valor de uso e são apropriadas de modo privado e assim todo um padrão de organização social do espaço geográfico vai sendo plasmado e modificado na região e daí em diante prevalece esse modelo.

O caráter privado das terras na Amazônia é reforçado através das estratégias políticas e econômicas de ocupação da região.

Nesse contexto torna-se salutar destacar o papel da colonização dirigida que enfocaremos posteriormente.

3 A COLONIZAÇÃO DIRIGIDA UMA ESTRATÉGIA RECENTE DE OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Se a estrutura espacial influi no processo de desenvolvimento ela constitui um elemento da

capacidade econômica e política dos Estados, existindo, assim, objetivos nacionais para o padrão de localização dos investimentos no espaço (Becker, 1982).

Entende-se, que a apropriação do espaço geográfico se dá através de políticas que viabilizem primeiramente aos interesses econômicos - no caso, da Amazônia, verifica-se a predominância absoluta dos processos políticos sobre a organização do espaço, - no que se refere tanto às motivações como às ações.

Segundo Miranda (1990, p. 47):

“Tal processo deixa de ser puramente econômico para tornar-se também político e vai efetivar-se mediante formas específicas que se contrapõem, mas que, por força da atuação do Estado, aparecem não como excludentes, mas como complementares”.

A colonização da região amazônica caracteriza-se por atender a diferentes etapas, sendo que estas etapas correspondem aos diferentes processos históricos em que o Brasil esteve imerso.

As primeiras fases de ocupação da Amazônia se deram de formas espontâneas, impulsionadas pela coleta de “drogas” da floresta, pelo ciclo da borracha e pela produção agropecuária, respectivamente.

“Resultando, em uma penetração muita extensa em área, mas com povoamento reduzido a linhas e pontos” (Becker, 1982, p. 61).

A partir da segunda metade do século XX verifica-se a necessidade de ampliação da ocupação do território nacional, devido a fatores de ordens políticas e econômicas, como exemplo pode-se citar: as tensões sócio-econômicas e políticas no Nordeste, as quais passam a ser objeto de preocupação política.

Por outro lado, o crescente dinamismo do centro exige vazão para suas manufaturas, o que é atendido mediante a tentativa de ampliar o mercado interno. Surge então a necessidade de integração nacional, induzindo à gradativa elaboração de uma política nacional de desenvolvimento regional.

No contexto das referidas políticas é importante situar a colonização dirigida da região amazônica, caracterizada por ações corretivas, refletindo a preocupação em a periferia estar atendendo às exigências do “centro”.

Correspondendo a esta fase a construção de Brasília, que simboliza a nova percepção do espaço nacional, decorrente das motivações geradas pela nova conjuntura econômica, social e política.

“Data também desta época o lançamento das primeiras rodovias para articulação da grande “ilha” amazônica ao sistema espacial: a Belém-Brasília e a São Paulo-Cuiabá-Acre, as quais num movimento de pinças, estabelecem grande arco em torno da Hiléia.” (BECKER, 1982, p. 143)

Da implantação das rodovias desencadeia-se um movimento pioneiro ativo, constituído por grandes pecuaristas do “centro” e pelo excedente demográfico das regiões deprimidas, representadas pela região Nordeste. Neste contexto, modifica-se a percepção da Amazônia, que assume posição chave frente às prioridades políticas de ordem interna e externa.

Frente às prioridades políticas, é o Estado que promove a atração das forças para a integração da região, através da construção de rodovias, da implantação de incentivos fiscais e projetos agropecuários, coordenados pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), com o apoio do BASA (Banco da Amazônia S. A.), atraindo assim a iniciativa privada para a região.

A este respeito (Oliveira, 1989, P.83) faz a seguinte ressalva: “Os projetos financiados/incentivados pela SUDAM constituíram-se num grande escândalo de malversação do dinheiro público, pois a maioria desviou recursos não fazendo a aplicação prevista”.

Acrescenta-se a estes fatores, uma outra forma de colonização, voltada para o assentamento de camponeses nordestinos, a cargo do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), como parte integrante do PIN (Programa de Integração Nacional), onde previa implantar o assentamento de famílias, sendo a sua localização numa faixa de 100 km de cada lado de cada rodovia federal, agindo como uma verdadeira política de intervenção.

Este processo se caracterizou por fazer parte de uma estratégia de distribuição controlada da terra. Onde o real interesse do governo era o de estar povoando esta área com a população precedente do Nordeste, no entanto, a intensa propaganda feita não conseguiu atrair de forma substancial os Nordestinos, e muitos dos que se deslocaram para a Amazônia, retornaram logo depois aos seus lugares de origem por não conseguirem se adaptar às condições ambientais do Norte do país, totalmente diversas das da região Nordeste.

Para Miranda (1990, p.33) “A colonização tal como aparece configurada não apresenta um padrão uniforme, estando implantada em espaços selecionados, onde os projetos diferem com relação à área ocupada e a natureza da iniciativa”.

Nesta perspectiva entende-se que a forma de colonização do território amazônico criado e incentivado pelo governo na verdade constituiu-se em meandros para atender aos projetos de modernização do espaço geográfico brasileiro, onde os ditames do capital estão inseridos na forma de financiamentos aos projetos privados e estrangeiros e também no deslocamento de mão de obra farta e barata para a referida região.

Em relação a estes aspectos, verifica-se que após a implantação das rodovias federais os fluxos migratórios para a região intensificaram-se, dando origem a núcleos urbanos ao longo destas rodovias, sendo que em alguns casos, onde as cidades já existiam e eram denominadas vilas, observa-se um crescimento acentuado das mesmas, como por exemplo, Imperatriz no Maranhão, que sofreu um grande processo de crescimento após a construção da rodovia Belém-Brasília, que serviu de via de acesso da população de outras partes do país a esta região.

4 OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E OS CONFLITOS SOCIAIS NA FRONTEIRA

A ocupação do espaço amazônico efetivou-se através dos fluxos migratórios provenientes de alguns fatores como: a grande procura da borracha nos mercados europeus, ainda no século XIX, que estimulou a exploração econômica desse produto e acabou gerando um intenso fluxo migratório para a região, originário principalmente do Nordeste e também devido à expansão da pecuária, caracterizada pelo deslocamento de pequenos criadores de gado provenientes do Oeste Maranhense, à procura de pastagens, dando origem, ainda no século XIX, a alguns núcleos urbanos.

Paralelamente a esse processo, agricultores maranhenses dirigiram-se em direção ao Norte do país, já na divisa com o Pará. Abrem caminhos e formam roças efetivando um modo de produção de subsistência, baseado no trabalho familiar e no uso coletivo da terra.

Segundo Ferraz (2000, p. 67): “Desenvolvem-se, desta forma, pequenos sítios, os centros, que, em muitos casos, recebiam a denominação do primeiro chefe da família a chegar e se fixar em função do plantio de arroz e do extrativismo da madeira e do babaçu”

Onde podemos citar como exemplos o Centro do Augusto, atual Augustinópolis, situado na região do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins e o Centro do Toinho e Centro dos Carlos, ambos situados no Oeste do Maranhão.

Uma característica singular dos processos migratórios citados é que estes até então tinham acontecido de forma espontânea sem a intervenção do Estado, permanecendo como o tradicional até década de 40 do século XX.

Um aspecto de relevância a ser exposto é o fato de os posseiros que se encontravam na terra até então, não possuírem a preocupação de legalizá-las, pois a Amazônia na época se apresentava para o restante do país como um “mito”, ou seja, como um espaço de difícil acesso e abandonada pelas instituições governamentais, não possuindo assim valor de troca.

Para Arcangeli (1987, p. 117):

“No tipo de organização produtiva acima descrito, a terra meio fundamental de produção, não adquire valor de troca aos olhos dos produtores. Adquire apenas valor de uso. Isto devido ao caráter itinerante de exploração e, antes de tudo, à ausência, no universo cultural dos camponeses migrantes, de uma convicção relativa à necessidade de instituir-se a propriedade privada deste meio de produção que, encarado como a água e o ar, deveria ser utilizado comunalmente”.

Entretanto, a partir da segunda metade do século passado a ocupação da Amazônia toma outro sentido. Planos governamentais são traçados em prol da apropriação da região, o que gerou a formação de novas identidades e novas territorialidades, bem como a ampliação da fronteira de recursos no país.

De acordo com Sousa (2005, p. 05): “Os movimentos migratórios registrados nos períodos anteriores à década de sessenta expressam um caráter pouco dinâmico”.

E é devido a esta conjuntura que os posseiros existentes na região até então vão perder seu direito de posse sobre a terra, por não terem tido a preocupação de legalizá-las. Daí em diante começaram a chegar os capitalistas com os títulos das terras em seus nomes, expulsando o camponês desinformado e sem nenhum aparato legal.

Como parte destes planos podemos citar a implantação da capital federal no planalto central e a construção de rodovias federais ligando o Centro-Sul ao Norte do país, facilitando assim a deslocamentos da população.

A criação da SUDAM e da Transamazônica como parte dos projetos do PIN (Plano de Integração Nacional), serviu como viés para direcionar o fluxo migratório para a região.

No primeiro caso a SUDAM financiou projetos agropecuários particulares, no entanto, a maioria dos projetos não saiu do papel, devido ao desvio das verbas por parte dos que obtinham o financiamento, sendo este órgão extinto no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sob alegação de o mesmo não está correspondendo aos objetivos previstos.

No segundo caso, o governo federal incentivou a instalação de migrantes oriundos principalmente do Nordeste ao longo da rodovia, o que na maior parte não deu certo, pois estes eram instalados sem nenhum tipo de assessoria governamental ou não-governamental e também pelo fato da não adaptação dos mesmos aos fatores naturais da região.

Sendo que os que permaneceram serviram para ocasionar o surgimento e o crescimento de vários núcleos urbanos ao longo das rodovias e passaram a servir como mão-de-obra barata para a consolidação do capital monopolista.

Toda essa dinâmica ocasionou um reordenamento no espaço geográfico não somente na Amazônia, mas em todo o país, com o centro dinamizador, no caso o Centro-Sul, e a ampliação da periferia dependente, pois a partir daí não só o Nordeste dependia do Centro-Sul, mas também a região Amazônica.

Conforme destacou Oliveira (2000, p. 95):

“As transformações pelas quais o campo vem passando nos últimos tempos tem sido responsáveis pela intensificação e pelo redirecionamento dos fluxos migratórios, principalmente para a Amazônia, abrindo, dessa forma, novas fronteiras agrícolas no território brasileiro”.

É interessante analisar as transformações sócio-espaciais verificadas no interior do território amazônico. Estes revelam o atual quadro da dinâmica populacional e as condições reais de vida de sua população.

Nestes aspectos podemos destacar as ilhas de dinamismos na região, enfatizadas por (Becker, 2003, p.75) da seguinte forma: “A dinâmica do território brasileiro e de suas regiões é marcada pela desconcentração seletiva em ilhas de dinamismo com riscos de fragmentação da economia nacional e, portanto, do território e da sociedade”.

“Como exemplos destas ilhas na Amazônia, podem ser observada a implantação de projetos agropecuários e mineradores na região, onde cumpre destacar o plantio de soja em Mato Grosso, o Programa Grande Carajás – PGC, incluindo aí terras do Maranhão, Pará e Tocantins, a criação da Indústria de Celulose e Papel – CELMAR, no Maranhão além de muitos outros projetos espalhados pelos estados da região Amazônica.”. (SOUSA, 2001, p. 35):

Nestas circunstâncias a frente de expansão monopolista se constituiu no espaço amazônico, abarcando grandes extensões territoriais, antes ocupadas por posseiros e pequenos proprietários camponeses, efetivados por grandes grupos capitalistas, nacionais e estrangeiros.

Sendo esta implantação precedida de grilagem das terras camponesas. Tendo como conveniente os cartórios que concedem títulos falsos, o poder público, que faz vista grossa, os políticos locais que agem em nome do “progresso”, e naturalmente a polícia, aliciada por políticos e patrões, em detrimento da defesa dos direitos camponeses.

5 SINTETIZANDO A TEMÁTICA: A APROPRIAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO NA FRONTEIRA – OS CONFLITOS E OS CONSENSOS

Para Silva (1978, p. 09): “o desenvolvimento do espaço é desigual por que resulta de uma desigual combinação de fatores que interagem e se equilibram formando paisagens geográficas diferenciadas”.

Em se tratando da Amazônia, tomando em consideração o que já foi descrito neste trabalho sobre a forma de apropriação na região, verifica-se que a ocupação do espaço geográfico foi e é marcado por diferentes processos, dando origem a uma estrutura heterogênea, com funções e formas diferenciadas.

É devido a toda essa heterogeneidade na paisagem geográfica, decorrente da forma de se pensar a função da terra que os conflitos surgem e se territorializam. Territorializam-se através da grilagem de terras, das lutas travadas entre posseiros e grileiros e na exploração e expropriação dos amazoniadas, incluindo aí os indígenas e os pequenos camponeses que sobrevivem do agroextrativismo.

Desta maneira entende-se que as formas de ocupação e apropriação da Amazônia são antagônicas, marcadas pela presença de diferentes atores, que se caracterizam por não serem oriundos de um processo imigratório de uma mesma região, pois temos aí tanto nordestinos

quanto sulistas, os “paulistas”, como é chamado na região, cada um com seus hábitos e costumes, que vão se caracterizar também na forma de se pensar e se utilizar a terra.

Esta dinâmica inclui a região num “lócus” de constituição de identidades diferenciadas, formando espaços diferenciados, cada um condizente com o passado histórico de cada grupo social ali presente, que se reproduzem criando formas e funções heterogêneas no espaço geográfico. Santos (1980, p.122) concorda com estas diferentes formas de representação no espaço, quando coloca que:

“O espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções”.

Sendo que tais processos vão se manifestar em constantes transformações, marcadas pelos conflitos e pelos consensos que dão suporte à reprodução capitalista monopolista.

Em relação aos conflitos, estes se apresentam na resistência, expulsão, expropriação e exploração do camponês.

E quanto aos consensos, surgem devido às condições sociais presentes na região antes da chegada do empresário, grileiro e capitalista. Onde a falta de conhecimento por parte dos amazoniadas, impede-os de se colocarem frente aos desmandos por parte dos que chegam e os expulsam e além de tudo isso, ainda se valem da exploração dos mesmos.

Assim o capitalismo encontra todos os meios apropriados de reprodução e consolidação no espaço Amazônico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de modernização da agricultura brasileira, iniciado no século passado, reforçou e tornou mais complexa a integração regional brasileira, engrenando novas articulações entre as estruturas espaciais que a compõem.

Os resultados desta modernização, como notou-se anteriormente, traduziu-se na ocupação e apropriação dos espaços antes considerados “vazios”, ou seja, a Amazônia. Os efeitos deste processo podem ser verificados na consolidação de uma nova estrutura, centro-periferia, onde

assiste-se a uma ampliação da fronteira agrícola.

Como verificou-se em etapa anterior, a região Amazônica encontra-se inserida e articulada na dinâmica do desenvolvimento agrícola nacional e internacional, apresentando relações econômicas, sociais, políticas e culturais antagônicas nas distintas porções do território, através de formas diferenciadas de se pensar e utilizar a terra.

Tal visão aponta para uma dinâmica concentracionista da propriedade no fenômeno da estrutura agrária na Amazônia. Esse fato deve ser associado às políticas públicas direcionadas para a modernização do país, que no nosso entendimento, é reveladora da atual condição de favorecimento da reprodução capitalista na Amazônia, ocasionando a expropriação e exploração do camponês.

A ampliação da fronteira agrícola, como sublinhou-se neste estudo anteriormente, é marcada pela adição dos meios técnicos e científicos aos informacionais. O entendimento da dinâmica ocupacional da Amazônia em suas distintas porções é expresso segundo (Becker, 1997, p. 95):

“Pelo vetor técnico-industrial (VTI) e tem como principais elementos o conjunto de grandes projetos minero-metalúrgicos, agropecuários e a Zona Franca de Manaus, estes estão articulados por uma logística complexa que inclui redes terrestres (rodoviária, hidroviária e ferroviária) e, sobretudo de telecomunicações, aeroviária que garantem os fluxos extra-regionais da região aberta que é a fronteira”.

Não foi nosso objetivo descrever todos os problemas da região Amazônica, mas, apontar a necessidade urgente de se estar conhecendo a realidade de todo o processo ocupacional da fronteira. Que no nosso entendimento só se fará possível, mediante uma análise mais profícua das relações sociais, políticas e culturais existentes na região.

7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra:** uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís, UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.

ELIAS, Denise. **Paradigmas da agropecuária e do espaço agrário brasileiro:** Revista da Universidade Estadual do Ceará / Humanidades e Ciências Sociais. Fortaleza: UECE. 1999.

- FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: sete barracas em busca de um elo**. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000.
- MARTINS, Dora e Sônia Vanalli. **Migrantes**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MIRANDA, Mariana. **O papel da colonização dirigida na expansão da fronteira na Amazônia**. In: BECKER, Bertha K. **Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia agrária e as transformações recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. **Agricultura brasileira: transformações recentes**. In: ROSS, Jurandy L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- _____. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1989.
- SOUSA, Jailson de Macedo. **O estudo do cotidiano e a segregação espacial na região da Beira-Rio**. Monografia de conclusão do curso de Licenciatura Plena em Geografia, Imperatriz, 2001.
- _____. **As estratégias recentes de ocupação da Amazônia: A mobilidade espacial e a nova dinâmica territorial da Amazônia**. *Jornal O Progresso*. Imperatriz, 2005.
- SILVA, José Grasiano da. **A industrialização e a Urbanização da Agricultura brasileira**. In: Santos, A. Blumer e J. V. T. dos. **Sociologia rural: textos**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.
- SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____; Maria Laura Silveira. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1997.
- _____. **Geopolítica da Fronteira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia**. Curitiba: editora UFPR, 2004.

